



HOMEM, MEIO E O USO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA¹

*Christian Nunes da Silva*² (2 - Geógrafo – UFPA, Especialista em Gestão Ambiental – NUMA/UFPA, Mestrando em Geografia – CFCH/UFPA, Vice-diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Seção Belém-PA. e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.)

Resumo

Estudos sobre a utilização dos recursos naturais pelo homem vêm sendo debatidos de forma intensa por estudiosos de várias áreas do conhecimento humano nos últimos anos. A preocupação com a criação de novas tecnologias e/ou políticas públicas não degradantes ao meio ambiente é um dos temas mais abordados nos trabalhos científicos na atualidade, as pesquisas realizadas por cientistas que se debruçam a estudar as atividades realizadas na região amazônica não poderiam ser de outra forma. Por meio de uma revisão bibliográfica, e a vivência cotidiana na região estudada, este trabalho é reflexo do que se passa no ambiente amazônico. Dessa forma, procura-se apresentar alguns aspectos evidenciados na região, como: a utilização dos recursos naturais, o modo de vida amazônico e a realização de algumas atividades que se direcionam ao dito *Desenvolvimento Sustentável* para a Amazônia.

Palavras-Chave: Meio Ambiente, Uso dos Recursos Naturais, Modo de Vida, Amazônia, Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

Studies about the use of the natural resources for the man have been debated in an intense way by specialists of several areas of the human knowledge. The concern with the creation of new technologies and/or public politics no degrading to the environment is one of the themes more approached in the scientific works at the present time, the researches accomplished by scientists that lean over to study the activities accomplished in the Amazonian area could not be in another way. Through a bibliographical revision, and the daily existence in the studied area, this work is reflex of what happens in the Amazonian ambient. In that way, this work to

¹ Este artigo é uma junção de diversos outros artigos publicados em jornais nos anos de 2003 a 2005, principalmente no jornal “O espaço do Geógrafo” da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Seção Bauru-SP, a temática principal está relacionada ao modo de vida amazônico e seu desenvolvimento, o meio ambiente e a algumas atividades realizadas na região amazônica.

present some aspects evidenced in the area, as: the use of the natural resources, the amazonian way of life and the realization of some activities that are addressed to the statement *Maintainable Development* for the Amazonian.

key –words: Environment, Natural Resources, Way of Life, Amazonian, Maintainable Development.

1 - Introdução

A região amazônica desempenha um importante papel no cenário mundial, haja vista a grande biodiversidade existente no ambiente amazônico e a necessidade de preservar esse complexo ecossistema. A utilização dos recursos naturais, não somente na Amazônia, mas no mundo todo, vem demonstrando ao longo dos anos com as atividades degradantes para o meio ambiente e, conseqüentemente, para o homem. A evidencia da fragilidade do meio ambiente ante a ação antrópica é uma realidade. Dessa forma, surgem discursos que buscam aliar as atividades humanas às necessidades de preservação da flora e da fauna, buscando a sustentabilidade do homem, de suas atividades e dos demais ecossistemas terrestres.

A idéia de desenvolvimento sustentável é uma concepção constante no momento atual, onde diversos segmentos se utilizam desta concepção não somente para a preservação e/ou conservação do meio ambiente, mas para demonstrar ao mercado consumidor um relativo “comprometimento” com a utilização racional dos recursos, como por exemplo, a o setor industrial. Desse modo, o discurso de desenvolvimento sustentável é uma constante nos congressos, seminários e demais eventos nacionais e internacionais que ocorrem esporadicamente. Atualmente é bonito se falar de desenvolvimento sustentável na empresa, no comércio, na escola, enfim, em qualquer lugar onde, independentemente da produção ou atividade estar ou não relacionada com a utilização dos recursos naturais, mas que demonstre, para o público, que a empresa, instituição ou órgão “preserva” o meio ambiente. Essa afirmação pode ser corroborada com o aumento da procura de certificações ambientais pelas empresas para atingir mercados internacionais ou tentar influenciar na escolha do consumidor pela aquisição de um produto, como por exemplo, as ISO’s, Selos Verdes, etc.

Difundido pelo Relatório de Brundtland em 1987 (CMMAD, 1987), a concepção de desenvolvimento sustentável afirma que o desenvolvimento para a sociedade deve visualizar os aspectos presentes e futuros, com a retórica de que se deve ter um “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras*

gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”, que alie o desenvolvimento econômico + Proteção/Conservação ambiental + Equidade Social. Alguns autores afirmam que o Desenvolvimento sustentável não é um conceito científico por não ter sido criado por cientistas, mas, sim, por diplomatas, então seria apenas um discurso a ser seguido pelos países e difundido pelo BIRD – Banco Mundial. Todavia este conceito ou noção não surgiu em 1987, tem como principal difusor as obras de Ignacy Sachs (1993). Sachs, defendendo a idéia de *ecodesenvolvimento* propõe cinco princípios para se alcançar a sustentabilidade:

1. *Sustentabilidade social* para a redução das diferenças sociais a partir do desenvolvimento multidimensional que abrange todas as necessidades materiais e não-materiais da sociedade;

2. *Sustentabilidade econômica* medida em termos de critérios macrosociais a partir da alocação e gestão mais eficiente dos recursos e orientada para investimentos públicos e privados mais regulares;

3. *Sustentabilidade ecológica* orientada por processos de utilização que respeitem os ciclos temporais de equilíbrio natural e pela preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. Implica na intensificação do uso dos potenciais naturais dos variados ecossistemas, compatível com a mínima deterioração;

4. *Sustentabilidade espacial* para uma relação mais equilibrada entre campo e cidade, evitando a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder;

5. *Sustentabilidade cultural* para a garantia da pluralidade de soluções particulares em respeito às especificidades de cada ecossistemas, de cada cultura e de cada local.

Partindo dos princípios defendidos pelo *ecodesenvolvimento* de Sachs (1993), o desenvolvimento sustentável tem como prioridade seis aspectos nos quais podemos observar a relação entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e a melhoria na qualidade de vida dos seres humanos (CMMAD, 1987). Estes aspectos são:

1 – A satisfação das necessidades básicas da população, isto é, com melhorias nos setores da educação, saúde, lazer, etc;

2 – A solidariedade para com as gerações futuras, considerando que as atividades das gerações presentes poderão ter repercussões desastrosas se não for tratada de maneira racional;

3 – A participação da população envolvida, isto é, o engajamento e a conscientização da importância de se preservar o meio ambiente, sendo que cada indivíduo tem que assumir a responsabilidade de não degradar o seu meio em que vive;

4 – A melhoria da qualidade de vida das populações com a elaboração de políticas públicas, com vistas a erradicação do preconceito e da miséria, dando oportunidades as populações que são excluídas do processo de desenvolvimento econômico;

5 – A efetivação e execução de programas educativos, com vistas ao crescimento intelectual do indivíduo, garantindo com isso oportunidades de melhoria da qualidade de vida.

Contudo, ao desenvolvimento sustentável foram feitas algumas críticas ao longo dos anos, entre elas destacamos que:

- a) O principal documento sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Relatório de Brundtland (CMMAD, 1987), não afirma como os países podem alcançar o desenvolvimento sustentável, apenas diz da necessidade de se ter um ambiente sustentável, porém não apresenta fórmulas ou exemplos concretos para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- b) O discurso de desenvolvimento sustentável virou discurso político para se conseguir financiamentos externos, pois nos anos 80 diversas agências nacionais e internacionais de financiamento usaram a idéia de Desenvolvimento Sustentável como critério para financiar projetos em vários países;
- c) A Abrangência ou limitação do discurso é visível, pois o desenvolvimento sustentável parece não ser viável em macro escalas, mas sim em pequenos lugares onde se pode conscientizar a população, por exemplo, em tribos indígenas ou em pequenas comunidades tradicionais do interior da Amazônia;
- d) A banalização da idéia, visto enquanto conceito é real nos momentos atuais, pois o desenvolvimento sustentável é utilizado como discurso em todos os lugares e em todas as propagandas em que se tenta demonstrar a preocupação com o meio ambiente, mas de fato não acontece.

Na região amazônica não poderia ser diferente, as empresas instaladas na região procuram, de alguma forma, otimizar sua produção implantando Sistemas de Gestão Ambiental – SGA, ou realizando atividades que reflitam de maneira positiva aos olhos da sociedade espectadora. O homem na Amazônia seja ele ribeirinho ou não, empresário, pescador, ou outro, tem relação direta com o meio ambiente circundante, pois além de estar em um ecossistema rico em vida e recursos minerais, tem a necessidade de se utilizar desta realidade para sua subsistência. O conhecimento do modo de vida do habitante da Amazônia e das atividades realizadas na região por este indivíduo fornecerá os indícios do que deverá ser realizado, em termos de políticas públicas, para que possam ser melhoradas as vidas das populações residentes na região.

Este trabalho é fruto de algumas divagações acerca da realidade amazônica. Reflexões acerca da utilização dos recursos naturais, o modo de vida amazônico e, conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades realizadas na região e seus reflexos no meio ambiente. Assim, como a Amazônia é vista por espectadores externos também é de extrema importância no que se refere às atividades realizadas neste espaço, pois, na maioria das vezes, o planejamento de políticas públicas realizadas fora da região amazônica e que podem refletir na região, não leva em consideração o habitante amazônico, mais somente os recursos naturais existentes em determinado local.

Assuntos como o ecoturismo crescente na Amazônia, as ações tratadas neste trabalho, Unidades de Conservação – UC's e Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, tem um impacto direto no modo de vida da população. O objetivo principal deste trabalho é debater de forma rápida e não aprofundada o modo de vida amazônico e sua sustentabilidade, o uso dos recursos naturais e seus impactos, levando em consideração algumas atividades realizadas na região amazônica e como essas atividades podem ser gerenciadas da melhor forma possível que não agrida os recursos e as pessoas que habitam a região estudada.

2 - Sobre o Discurso de Sustentabilidade do Caboclo Amazônida

O consumismo predatório e supérfluo gerado pelo processo de globalização e alimentado com o uso indiscriminado dos recursos naturais nas últimas décadas, faz com que a sociedade se imponha a cada dia mais a necessidade de ter objetos desnecessários à subsistência puramente física para a vida do ser humano. Com esse fato, de imposição sócio-cultural do que é necessário e desnecessário para a subsistência humana, o caboclo amazônida – habitante da região, aparece como mais um dos personagens, dos quais o padrão homogeneizador da globalização tenta englobar e com isso padronizar a cultura cabocla para especificar o que é e o que não é sustentável para o habitante da região amazônica. Então, deve-se discutir a sustentabilidade para o caboclo amazônida, imposta e regular, racional e contra-racional, ou seja, o que é realmente importante para esse indivíduo e como o personagem amazônida deve aceitar ou não aceitar os padrões expostos e impostos pelo modelo dito hegemônico da globalização.

Distintos são os indivíduos/instituições que surgem para tentar transpor o vínculo incrível que equilibra a humanidade entre o direcionamento para o desenvolvimento econômico e a percepção ideológica-social da cultura, do meio ambiente e da equidade social, visto que, nem sempre, a ideologia social em contribuição dessa sociedade, encontra-se

distante do paradigma econômico, pois é da natureza do ser humano querer alcançar níveis cada vez mais altos na escala evolutiva (social e econômica). Dessa forma, o paradigma econômico-capitalista está, no momento hodierno, sobrepondo-se aos aspectos culturais da sociedade. Esse fato tem íntima relação com o padrão de consumismo imposto pelo capitalismo com reflexo expressivo no meio ambiente, ante o uso intensivo e irracional dos recursos naturais para o provimento do consumo predatório e supérfluo.

Todavia, a cooptação de novos padrões culturais não acontece somente no meio urbano, mas também no meio rural da região amazônica, que presenciou a entrada de uma grande quantidade de migrantes vindos de diversas regiões do país, mais fortemente oriundos da região nordeste do Brasil, que participaram na formação de novos costumes para a região no início do século XX (WAGLEY, 1988; OLIVEIRA FILHO, 1979). Então, a identificação e o auto-conhecimento do indivíduo com o território, ou região, é ponto marcante para o reconhecimento de uma coletividade-segregativa, a partir do momento que separa e ao mesmo tempo une uma população ou comunidade com características próprias, ordenando dessa forma, o território em que vive.

Não obstante, na região amazônica, o habitante amazônico, o caboclo, possui – ou pelo menos possuía seu modo de vida peculiar que alia a forma de subsistir no ambiente com o conhecimento cultural, adquirido durante séculos de convivência “estável” com a natureza, característico da região amazônica. Então, cria-se um reconhecimento, por parte do ambiente exógeno à região amazônica, de uma cultura singular no território nacional que identifica o habitante da região, tal como acontece com o nordestino e o sulista. Sendo que, esse habitante, nas últimas décadas vem se deparando com uma imposição exterior que tenta submeter o modo de vida habitual aos padrões ou gêneros de vida, no momento, globalizados.

Com o intenso processo de globalização surge então a necessidade de se questionar: o desenvolvimento pretendido para a região amazônica pode ser implantado de forma sustentável para o caboclo nativo? Se não, qual a resposta do caboclo para essa forma de sustentabilidade, exterior ao seu *modus vivendi* (Bourdieu, 2001)? Os questionamentos desse tipo só demonstram que o caboclo amazônico tem sua forma de subsistência tradicional e “sustentável”, para ele e sua família. Entretanto, o ambiente exterior impõe um padrão insustentável que requer a exploração contínua dos recursos naturais, sem a agregação dos benefícios pelos nativos locais.

Durante a realização de encontros, conferências e seminários para debater a realidade amazônica e como melhorar essa mesma realidade, pode-se observar que a maioria dos

debatedores não conhece de perto o ambiente pesquisado e debatido³, pois em grande parte são exógenos à região amazônica ou até mesmo ao país, pesquisando *in loco* esporadicamente⁴. Então, como podem esses analistas e pesquisadores de fora da região amazônica debater exaustivamente sobre o problema de se encontrar uma forma de sustentabilidade que alie o Desenvolvimento Econômico + Proteção/Conservação ambiental + Equidade Social, se conhece o ambiente somente na teoria? Não obstante, os eventos, análises e pesquisas realizadas acerca da realidade amazônica, na maioria das vezes, deixam de fora o maior interessado pelo tema, o caboclo nativo, ou a população tradicionalmente usuária dos recursos naturais locais.

Diante do exposto, deve-se dar voz e vez aos quereres das populações nativas da região amazônica para que não sejam os maiores prejudicados quando ocorre a implantação de algum projeto sem a devida anúnciação pública e sem uma pré-pesquisa popular para saber o que a população local pensa a respeito. Haja vista que o habitante local possui uma cultura própria, durante séculos “harmoniosos” com o meio ambiente local, só quebra no momento hodierno com a implantação de grandes projetos que atendem aos anseios dos grandes grupos econômicos, principais beneficiados com o processo de globalização. Atendendo-se aos anseios dessas populações, com a devida assistência técnica-científica, com certeza as populações locais serão atendidas de forma satisfatória, exprimindo suas opiniões e não somente esperando resoluções que não condizem com a realidade regional.

O que ocorre nos rios da Amazônia atualmente é reflexo da falta de políticas públicas direcionadas à satisfação das populações residentes das margens dos rios. A falta de oportunidades faz com que os habitantes ribeirinhos busquem alguma forma de subsistir, caso contrário o êxodo para cidade é inevitável, aumentando assim a crescente massa de desempregados nos grandes centros urbanos, causando o que Haesbaert (2004) denomina de *aglomerados de exclusão*⁵.

3 - Mendicância nos rios da Amazônia

³ Como verificado por ocasião da realização de um workshop realizado em Belém-Pará, em novembro de 2003, que contou com a participação de diversos pesquisadores da realidade amazônica, brasileiros e estrangeiros, membros de ONGs e organismos governamentais de vários países e representantes organizações internacionais como o BIRD.

⁴ Nesse trabalho não se pretende fazer alusão a sentimentos xenófobos ou chauvinistas, contudo os pesquisadores ao qual se referencia deveriam conhecer de perto os problemas e necessidades da região, sem expor considerações precipitadas.

⁵ Segundo Haesbaert (2004, p. 315), os aglomerados de exclusão seriam indivíduos *desterritorializados*, ou seja, vivendo em um tipo de exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação”, (material e simbólica) indispensável à participação efetiva como membros de uma sociedade.

A idéia do caboclo ribeirinho pescador, cultivador de quintais ou roçados e criador de pequenos animais estão sendo ultrapassados por uma nova categoria há muito tempo conhecida, o ribeirinho apanhador de esmolas de embarcações. Uma verdadeira “mendicância ribeirinha” nos rios da Amazônia (SILVA, 2005). Atividade que é reflexo da falta de oportunidades para a geração de renda satisfatória e digna, negada à grande maioria dos habitantes da região.

Os barcos e navios que transportam pessoas na bacia amazônica acostumam o ribeirinho caboclo a mendicidade, ou seja, ao ato da mendicância. Na passagem de embarcações os ribeirinhos esperam que lhes sejam jogados objetos ou comida dentro de sacolas em direção ao rio, para pegá-los posteriormente. Independentemente do que estiver dentro da sacola, pode ser qualquer coisa, o ribeirinho apanha. Este ato, sem dúvida, na maioria das vezes, traduz a boa vontade do passageiro. Porém, esta atitude vicia o ribeirinho a pedir, dessa forma, todas as vezes que passar uma embarcação no rio o ribeirinho sairá de seus afazeres, de sua casa, para pegar a canoa e sair “mendigando” mixarias ou restos.

Este fato já virou atração turística nos rios da Amazônia, todavia, já culturalizando-se no caboclo, mostra a miséria em que a população ribeirinha amazônica vive. Seria bom se todo passageiro/turista das embarcações na Amazônia acaso resolvesse jogar algo que, ao invés de esmolas ou lixo, jogassem anzóis ou outros materiais para pescaria, pois estariam incentivando o ribeirinho a procurar seu próprio alimento, conforme preconiza o adágio popular, “melhor do que dar o peixe ao homem é ensiná-lo a pescar”. Contudo, com esta idéia, temo que teríamos na região amazônica uma loja de artigos para pesca a cada 100 metros.

Uma coisa é certa, a prática de jogar sacolas com objetos de embarcações nos rios da Amazônia já se tornou um hábito, costume, tanto dos ribeirinhos, quanto dos tripulantes destas embarcações. Assim sendo, uma possível solução, desta vez mais perspicaz do que a idéia anterior, seria uma tomada de decisão do poder público direcionada à (re)educação tanto dos ribeirinhos, quanto dos turistas e demais tripulantes, com avisos nas embarcações inibindo a prática que estimule à mendicidade, além de outras políticas que buscassem formas de financiamentos a atividades dignas e satisfatórias, culturalmente e economicamente, para o caboclo ribeirinho amazônica.

Uma das tentativas alternativas realizadas para o uso dos recursos naturais, em busca do *desenvolvimento sustentável* e com isso a satisfação das populações residentes na Amazônia seria a aplicação de atividades ditas sustentáveis a curto e longo prazo que

possibilitem satisfação econômica e cultural dos habitantes e também consiga aliar a este preceito a preservação e/ou conservação ambiental da floresta. Como opção sustentável de atividade que pode ser realizada na região estudada, verifica-se a possibilidade de implantação do chamado ecoturismo, vertente do *turismo sustentável* que, segundo Swarbrooke (apud SEABRA, 2003), deve ser direcionado à *formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais sem comprometer a capacidade de as gerações satisfazerem suas próprias necessidades* (SWARBROOKE apud SEABRA, 2003, p. 172).

4 - O Ecoturismo como atividade sustentável

A atividade turística, por muito tempo, teve sua vinculação direta com modelos predatórios de utilização dos recursos naturais. Esse fato deve-se pelo modo como eram e, em muitos locais, ainda são realizadas as atividades turísticas e pela própria maneira do turista se relacionar com o meio ambiente, na maioria das vezes de forma errônea, sujando e degradando o local por onde passava. Contudo, práticas que aliam o lazer dos praticantes do chamado “turismo ecológico” e a manutenção dos recursos naturais podem ser notadas mais facilmente no momento hodierno do que em períodos anteriores, principalmente, a partir da década de 60. Dessa forma, surge a possibilidade de unir e/ou aliar os preceitos do dito *desenvolvimento sustentável* aos quereres dos turistas que visitam paisagens cênicas e outros atrativos turísticos naturais (praias, lagos, montanhas, parques, cachoeiras, etc), por meio do que se começou a chamar de *turismo sustentável* ou então da vertente do *ecoturismo*. Sendo que, a atividade do ecoturismo é aqui observada como uma forma de utilização racional dos recursos naturais, de apreciação desses recursos sem a predação dos mesmos, isto é, o praticante da atividade ecoturística objetiva, primeiramente, a apreciação dos recursos naturais – das paisagens cênicas e da vida selvagem, deixando-os se possível, intocados para que possam ser visitados outras vezes pelos mesmos ecoturista, ou outros.

Entretanto, a concepção de natureza intocada é totalmente refutável para as vertentes que defendem o turismo ecológico/ecoturismo, como uma maneira de preservar de forma satisfatória os recursos naturais. Pois, de alguma forma, o turista interfere no meio ambiente, seja deixando para trás o lixo, ou interferindo diretamente na cultura local das populações que convivem de forma “harmoniosa” com os recursos naturais. Todavia, o que se propõe com a idéia de ecoturismo não é solucionar um problema, mas amenizar uma relação desigual de

predação que não considera a finitude dos recursos e muito menos das populações que utilizam esses recursos tradicionalmente.

O ecoturismo pode ser notado em muitas práticas aliadas e/ou relacionadas ao lazer, em diversas formas predatórias e maléficas ao meio ambiente, ou então formas de uso benéficas, ou *racionais*, sendo como exemplos de ações predatórias: atos que vão desde a poluição dos locais visitados até ações mais perigosas como o desmatamento por fogo ou a uma forma de “expulsão consciente” das famílias residentes nesses locais de atração turística, uma vez que, por necessidade, vendem suas terras a grandes empresas que gerenciam a atividade turística. De outro lado, ações benéficas ao meio também podem ser notadas, como por exemplo, a utilização racional dos recursos naturais, um tipo de *manejo positivo do turismo* que alie o uso sustentável desses bens e a possibilidade da satisfação das necessidades das populações locais atingidas pela atividade ecoturística.

Conforme dito anteriormente, a atividade turística teve um incremento mais rapidamente, principalmente, a partir da década de 60, quando surge o chamado “turismo de massa”, ou seja, o que antes poderia ser considerado como um capricho de pessoas “ricas” – a visitação de lugares exóticos, atualmente pode ser realizada por classes de menor poder aquisitivo, não necessariamente para lugares muito distantes, ou menos belos, pois existe mais facilidade em fazer turismo nos dias atuais do que antes. As empresas de turismo possuem muitas opções de visitação e muitas formas de pagamento, seja parcelado em cheques ou cartões de crédito, ou à vista com desconto.

Então, considerando a relação que a atividade do ecoturismo está intimamente ligada a noção de lazer, percebe-se que as ações realizadas nas áreas atrativas ao ecoturismo procuram se enquadrar nesse *conjunto de ocupações para repouso, diversão ou entretenimento*. Contudo, o repouso e o divertimento dos turistas geralmente são interrompidos pelas grandes aglomerações de visitantes nesses locais, que acarretam alguns problemas, por exemplo: o lixo despejado pelos turistas em locais impróprios; o potente barulho dos sons nos bares e em automóveis (no caso específico dos balneários); pessoas alcoolizadas que procuram brigar, entre outros fatos que fazem com que o turista – e os moradores das comunidades receptoras, acabem ficando mais fadigados e estressados do que antes de procurar o repouso ou de antes das férias e feriados. Dessa maneira, fatos como esses fazem com que as atividades turísticas praticadas em ambientes com recursos naturais atrativos, sejam consideradas como formas não-sustentáveis, *insustentáveis* – ou porque não dizer *irracionais*, que não levam ao bem-

estar tanto do morador local, como do turista que não teve seus objetivos anteriores atingidos (o repouso, o divertimento e o entretenimento).

Desse modo, preceitos como a concepção de que a utilização dos recursos naturais não deve ultrapassar a velocidade de reposição desses mesmos recursos pela natureza permeiam toda a idéia que o homem deve utilizar racionalmente o meio ambiente, levando em consideração que esses bens são finitos. Nesse ínterim, o ecoturismo apresenta-se ora como uma forma racional de utilização dos recursos naturais e garantia de novas formas de renda para as comunidades receptoras, ora como mais um instrumento de degradação desses mesmos recursos. Assim, observando a grande importância das atividades turísticas no mundo moderno, tanto para o setor de entretenimento como para o setor de serviços (e o aumento da renda dos Estados e Municípios), devem-se considerar as vantagens e a *insustentabilidade* das atividades predatórias do ecoturismo para que não se torne uma atividade cada vez mais nociva ao meio ambiente.

Dependendo do lugar onde as atividades de ecoturismo se instalarem na região amazônica e, reforçando, não sendo de massa, ou seja, que o número de visitantes não ultrapasse a capacidade de suporte do ambiente, é totalmente plausível e aconselhável estas atividades para o provimento de renda da população beneficiada com tais atividades. Dessa forma, levando em consideração a grande quantidade de atrativos na região amazônica: a beleza cênica e a variedade da biodiversidade da fauna e da flora, não se devem negar que são aspectos que fazem do ecoturismo uma atividade promissora para a região. Este tipo de afirmação é corroborado mais ainda no momento atual, em que na região estão sendo implantadas diversas Unidades de Conservação que prevêm o uso dos recursos naturais de forma sustentável.

5 - Unidades de Conservação como Proposta de Sustentabilidade

Diversos padrões “sustentáveis” surgem para tentar contornar o problema da depredação ambiental aliando-se com a necessidade de subsistência do habitante, entre eles, a implantação de Unidades de Conservação vem como mais uma proposta para as perguntas que persistem em reproduzir-se no discurso oficial, governamental e não-governamental. Assim, surge um contexto de situações que levam a sociedade em geral a um reconhecimento de que o manejo sustentável da floresta, a partir do desenvolvimento sustentável, constitui uma alternativa para as populações locais subsistirem adequadamente, de forma a preservar seu modo de vida tradicional.

A criação de Unidades de Conservação, ou simplesmente UC's, reside no objetivo de preservação de paisagens naturais, segundo seu valor cênico e segundo a possibilidade de uso da atual e das futuras gerações (BRASIL, 2001). Para a implantação de UC's considera-se as possíveis políticas públicas em torno do *desenvolvimento sustentável*, conceito aqui analisado segundo o Relatório de Brutland (CMMA, 1987), como aquele “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades*”. A consciência da perturbação antrópica negativa no mundo, traz à tona uma preocupação ambiental com a necessidade de se repensar as formas de uso dos recursos fornecidos pela natureza.

Diante de diversas propostas para a preservação e/ou conservação dos recursos naturais, intensifica-se, então, o discurso de implantação de Unidades de Conservação, como uma das formas de solucionar a problemática de manutenção dos espaços naturais. Assim, dependendo do tipo de UC⁶, este espaço vem a ser uma alternativa que tenta relacionar Desenvolvimento econômico + Preservação/Conservação ecológica + Equidade Social (MAIMÓN, 1993). Desse modo, a proposta para a criação de UC's surge, também e, principalmente, como uma alternativa para a estagnação do desmatamento na Amazônia e em outras florestas em crescente estágio de devastação da flora e da fauna. Pode-se considerar as UC's como uma tentativa de preservação não só da natureza, mas também das populações tradicionais residentes na área.

Nos locais onde as UC's de uso direto ou sustentável são implantadas, pode-se verificar que seu potencial econômico, aliado ao saber local, oferece condições favoráveis para implantação de atividades sustentáveis para as populações que ali residem, uma vez que as potencialidades naturais específicas da região – principalmente na região amazônica, e particularmente o seu rico e diversificado banco genético, oferecem condições, ainda não suficientemente exploradas para multiplicação e diversificação de empreendimentos econômicos, conforme demonstrado no quadro 01, a seguir:

⁶ As Unidades de Conservação podem ser: de *uso direto ou sustentável*, onde é prevista a moradia simultânea de pessoas dentro da Unidade de Conservação, como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, sem, contudo, a utilização de atividades que degradam o meio ambiente e as de *uso restrito ou de proteção integral*, onde é proibida a interferência humana que cause modificações ambientais e que não se permite a habitação, ou a realização de atividades de pessoas no interior da UC, a não ser para fins científicos, como as Reservas Biológicas e as Estações ecológicas, (SILVA, 2004a).

Quadro 01: Atividades econômicas realizadas nas UC's	
Artesanato	paneiros, redes, chapéus, objetos de argila
Criação de Animais	paca, cateto, queixada, cotia, anta, capivara
Frutas	castanha, pupunha, cupuaçu, acerola, banana
Látex	seringueira, caucho
Madeira	sementes, recuperação/manejo de áreas degradadas
Óleos	andiroba, muru-muru, copaíba, pau-rosa
Pesca	camarão, criação de peixes, caranguejo
Plantas Medicinais	cascas, folhas, raízes, resinas
Processamento	palmito, açaí, polpa de frutas
Turismo	praias, igarapés, mangue, cachoeiras, etc...

Fonte: IBAMA, organizado por Silva (2004b).

Contudo, práticas como produção de carvão, o desmatamento e o manejo negativo e predatório dos recursos naturais (Simonian, 2000), têm de ser extintos frente às exigências defendidas pelo IBAMA (2002), segundo as quais nas UC's de uso direto devem ter uma forma de produção auto-sustentável, que não agrida a natureza e que possibilite a continuidade desta produção sustentável. Desta forma, é de responsabilidade do IBAMA oferecer às populações de áreas de reserva subsídios em forma de meios de produção, técnicas, equipamentos e instrução necessária para que as populações tradicionais destas áreas possam deixar a forma de produção predatória atual e implementar formas de produção adequadas e que garantam a subsistência do coletivo.

Apesar de ser um instrumento para a gestão racional do meio ambiente, as UC's não podem ser consideradas como a solução para os problemas ambientais que ocorrem na Amazônia, pelo menos, não podemos afirmar isso com uma visão a longo prazo, pois do futuro depende, também, a capacidade de suporte ou de carga dos recursos naturais existentes nas UC's. Todavia, as UC's se constituem atualmente como um dos meios mais utilizados para a preservação de espaços com relevante interesse ambiental, fato verificado com a implantação de políticas públicas cujo fim é a criação de UC's em regiões e/ou ecossistemas em risco de predação ou até extinção (O LIBERAL, 2005).

A implantação de UC's mostra-se como um instrumento de gestão ambiental que deve ser precedida de um planejamento prévio, ou seja, o ordenamento da região deve se pautar em

uma concepção anterior onde se cartografe uma área de relevante interesse público para se criar a Unidade de Conservação pretendida. Ordenar o território é entendido aqui como sinônimo de gerência, ou seja, ordenando o território o planejador estará gerindo o espaço para um melhor uso atual e futuro. Dessa forma, um dos instrumentos mais utilizados no momento atual para dotar os órgãos planejadores de políticas públicas de um aporte técnico-científico sobre o re-conhecimento do território é o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, que no caso da região amazônica vem sendo utilizado de maneira crescente para subsidiar não somente o Governo Federal, mas também as esferas estaduais e municipais.

6 - O Zoneamento Ecológico Econômico para o (Re)conhecimento do Território⁷

O ZEE como instrumento de ordenamento territorial é muito eficaz, como foi dito anteriormente, para dotar os atores e/ou agentes que interagem no território de conhecimento técnico-científico sobre os recursos naturais disponíveis e das atividades realizadas em um determinado espaço. Desse modo, o ZEE é um instrumento para racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades, ou seja, o estudo e levantamento de dados realizados pelo ZEE procuram mostrar como se verifica as atividades atuais no território e como poderão ser realizadas ações futuras sem o comprometimento de se esgotar os recursos naturais existentes. Assim, o ZEE de qualquer território visa atender ao planejamento de forma responsável, comprometendo-se com as questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável e com o melhor uso dos recursos financeiros aplicados como subsídio à estratégias e ações para elaboração e execução de planos regionais em busca do desenvolvimento sustentável.

Dentre os seus objetivos principais, os ZEE's procuram diagnosticar as vulnerabilidades e potencialidades naturais e sócio-econômicas, bem como o arranjo jurídico-institucional existente no território trabalhado, buscando prognosticar o uso do território e tendências futuras para os espaços estudados. Dessa forma, elencando as principais finalidades dos ZEE's podemos verificar as necessidades de:

- ✓ dotar o Governo das bases técnicas para a espacialização das políticas públicas visando a ordenação do território;

⁷ Este tópico é uma breve exposição sobre o ZEE como um instrumento de ordenamento territorial. Parte considerável dos assuntos destacados aqui tratados são frutos de diálogos feitos no período de realização da disciplina Instrumentos de Gestão Ambiental no curso de mestrado em Geografia da UFPA.



- ✓ ordenação do território como expressão espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas tendo como premissa fundamental o bem-estar do homem e, por isso mesmo, em harmonia com a qualidade do ambiente;
- ✓ gerar conhecimento técnico-científico sobre os ambientes estudados;
- ✓ dar possibilidades às empresas e instituições governamentais e não-governamentais de agir da melhor forma sobre o território no qual atua.

O ZEE possui diversas vantagens, entre elas podemos destacar algumas de extrema relevância:

- ✓ é um instrumento técnico de informação integrada sobre o território, em bases geográficas, classificando-o segundo suas potencialidades e vulnerabilidades;
- ✓ caracteriza-se por ser um instrumento político de regulação do uso do território, com possibilidade de integrar as políticas públicas, aumentar a eficácia da intervenção pública na gestão do território e construir parcerias;
- ✓ instrumento de planejamento e gestão territorial não apenas corretivo, mas estimulador do desenvolvimento sustentável.

Dentre as diversas metodologias utilizadas para elaboração dos ZEE's temos a elaboração de cartas temáticas (cartas de vulnerabilidade natural e potencialidade social) e de uma carta síntese de subsídio à gestão do território, sendo que esta é o prognóstico das atividades propostas para a realização futura no território analisado. A carta síntese agrupa as unidades territoriais em:

- ✓ **Áreas produtivas:** são áreas de consolidação ou fortalecimento do desenvolvimento humano, destinadas à expansão do potencial produtivo existente ou que podem existir no território;
- ✓ **Áreas críticas:** são áreas para a conservação ou recuperação dos recursos naturais que estão ou podem estar em risco de desaparecer ou serem minimizados;
- ✓ **Áreas institucionais:** áreas das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e demais territórios de domínio público, de uso restrito e controlado, de interesse estratégico nacional, como por exemplo, as áreas de fronteira.

Então, levando-se em consideração o que foi exposto sobre o ZEE pode-se, concluir que se trata de um instrumento eficaz de re-conhecimento do território uma vez que possibilita uma re-descoberta de potencialidades territoriais, e indica, também, aspectos de

vulnerabilidade de espaços que devem ser preservados para que não prejudiquem futuramente o desenvolvimento da sociedade.

7 - Considerações Finais

A utilização dos recursos naturais pela sociedade moderna vem se demonstrando de forma irracional, pois o manejo realizado de forma a não considerar a finitude dos recursos naturais é notado em todas as áreas que não se propõem à preservação e/ou conservação de tais recursos. Os desafios e possibilidades de um uso sustentável dos recursos naturais, aliado ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico devem se constituir numa reflexão permanente, que oriente a implementação de políticas públicas, mas também atenda aos anseios e reivindicações da sociedade local, bem como das populações tradicionais envolvidas. Destarte, deve se considerar a Amazônia como importante para o Brasil e o mundo, uma região prioritária onde se deve articular o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento cultural das populações residentes e não somente para exploração enquanto almoxarifado de riquezas.

Considerando o que foi apresentado neste trabalho a principal conclusão a que se chega que ainda não é a final, pois outras *conclusões esporádicas* se formam a cada momento, é de que a região amazônica, seus recursos minerais e sua biodiversidade florística e faunística, são, e sempre serão de fundamental importância para a sociedade como um todo, não só da região mais também de todo planeta. Dito isto, a sociedade local, e também a sociedade exógena, procuram a melhor forma de gerir e ordenar este importante espaço natural e humanizado, uma forma sustentável para todos. As análises demonstradas aqui, tanto do modo de vida do caboclo amazônida, quanto das atividades realizadas na região, são somente parte de uma realidade complexa que se mostra a quem objetiva entender este processo.

Ações como a criação de Unidades de Conservação e a implantação de projetos de ecoturismo e elaboração de Zoneamentos Ecológico-Econômico, são exemplos claros de políticas e programas de incentivo ao uso e ordenamento da região. Porém, ações como estas não devem deixar jamais de levar em consideração o habitante da região e seu modo de vida, seja ele da cidade ou do campo, pois este indivíduo é o principal interessado na elaboração de políticas que buscam o desenvolvimento sustentável para a região. Sendo que, a procura por um desenvolvimento autêntico e sustentável é louvável, desde que seu objetivo final atinja a população carente da região.

8 - Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. *Reservas extrativistas 2001*. Brasília: MMA/IBAMA, 2001.
- CMMAD, Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oxford University Press, 1987.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MAIMON, Dália. A economia e a problemática ambiental. In: _____; VIEIRA, Paulo Freire (org.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: ADEP/NAEA/UFPA, 1993. p. 45-78.
- O LIBERAL, Jornal. Governo federal cria mais seis unidades de conservação no Pará, *Caderno de Atualidades*, reportagem exibida em: 22 de maio de 2005.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. In.: SILVEIRA, Ênio [et al.]. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1979. p. 89-100.
- SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In.: CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 153-189.
- SILVA, Christian Nunes da. *Ordenamento territorial e gestão de recursos naturais: criação e viabilidades para implantação de Unidades de Conservação (UC's) e seus reflexos na sociedade*. Belém: NUMA/UFPA, 2004a. (Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Ambiental).
- _____. Unidades de Conservação como proposta de sustentabilidade. *Revista Cosmos*. Presidente Prudente – SP: AGB – Seção Presidente Prudente, 2004b.
- _____. *Mendicância nos rios da Amazônia: uma realidade vergonhosa ou atração turística* Disponível em: www.ufpa.br/numa. Acessado em: 12 de junho de 2005.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas Públicas e desenvolvimento sustentável em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000. p 09-53.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil).1988.